

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA  
ESPECIALIZAÇÃO EM INFÂNCIA E FAMÍLIA

LUCIANA DA CUNHA KREBS

**O impacto da violência doméstica na relação mãe- filho(s): reflexões  
sobre uma experiência e as possíveis intervenções terapêuticas**

Porto Alegre

2015

LUCIANA DA CUNHA KREBS

**O impacto da violência doméstica na relação mãe- filho(s): reflexões  
sobre uma experiência e as possíveis intervenções terapêuticas**

Monografia apresentada como requisito parcial  
para o título de Especialista em Infância e  
Família: avaliação, prevenção e intervenção,  
do Programa de Pós-Graduação da UFRGS.

Orientadora: Profa. Dr. Regina Orgler Sordi

Porto Alegre

2015

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo relatar uma experiência referente ao tema da relação mãe-filho em situação de violência doméstica, bem como apontar possíveis intervenções terapêuticas neste contexto, como forma de prevenir e/ou minimizar possíveis efeitos traumáticos advindos da exposição das vítimas ao fenômeno da violência. Várias pesquisas descritas ao longo do trabalho demonstram os efeitos da violência doméstica no comportamento da mãe em relação aos filhos, apontando que além de todas as consequências físicas e psicológicas que atingem a mulher, esta também apresenta maior dificuldade nos cuidados com os filhos. Os estudos destacam os danos que a criança sofre ao viver em contexto de violência doméstica, ressaltando os impactos negativos na sua saúde mental. Através da revisão da literatura e do relato de uma experiência em uma casa-abrigo para mulheres e crianças em situação de violência doméstica, o presente estudo buscou compreender como se estabelece o vínculo mãe-filho neste contexto, bem como apontou algumas possibilidades terapêuticas que auxiliem na prevenção e/ou cessação de ciclos de violência intergeracionais.

**Palavras-chave:** Violência doméstica. Vínculo mãe-filho. Transgeracionalidade. Desenvolvimento emocional primitivo.

## **ABSTRACT**

This study aims to report an experience related to the subject of the mother-child relationship in situations of domestic violence, as well as identifying possible therapeutic interventions in this context, in order to prevent and/or minimize possible traumatic effects caused by the exposure of the victims to the phenomenon violence. Several studies described throughout the paper show the effects of domestic violence in mother's behavior towards their children, noting that in addition to all the physical and psychological consequences that affect women, this also presents greater difficulty in caring for the children. The studies highlight the damage that the child has to live in the context of domestic violence with negative impacts on their mental health. Through literature review and report of an experience in a home-shelter for women and children in domestic violence situations, this study aims to understand how to establish the parent-child bond in this context, and pointed out some therapeutic possibilities that help in the prevention and/or termination of intergenerational violence cycles.

**Keywords:** Domestic violence. Mother-child bond. Transgenerationality. Primitive emotional development.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>05</b>
<b>2 REVISÃO DE LITERATURA E DISCUSSÃO DO TEMA.....</b>	<b>07</b>
<b>2.1 Violência doméstica contra a mulher .....</b>	<b>07</b>
<b>2.2 Desenvolvimento emocional primitivo e estabelecimento do vínculo mãe-criança ....</b>	<b>09</b>
<b>2.3 Aspectos transgeracionais da violência doméstica.....</b>	<b>13</b>
<b>2.4 Impacto da violência doméstica na relação mãe/filho e possibilidades de     intervenção .....</b>	<b>15</b>
<b>3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>22</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>23</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo relatar uma experiência sobre a relação mãe-filho em situação de violência doméstica. À luz da literatura sobre o tema, também tem como objetivo apontar possíveis intervenções terapêuticas, uma vez que a autora deste estudo exerce a função de psicóloga em uma instituição cuja função é acolher mulheres vítimas de violência doméstica. Fundamentada em teorias sociológicas, do desenvolvimento e psicanalíticas, o presente trabalho pretende mostrar a relevância da afetividade no vínculo entre a mãe e filhos no contexto específico da violência doméstica.

A violência contra a mulher não é um fenômeno exclusivo da contemporaneidade. Contudo, somente nos últimos anos é que a sociedade vem olhando de forma mais atenta para esta questão, considerada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como um problema de saúde pública. Este novo panorama tem tensionado a formulação de políticas públicas na área, bem como a reflexão acerca de formas mais eficazes de intervenção por parte dos profissionais envolvidos. Entretanto, a violência praticada contra a mulher não fica restrita a esta, atingindo diretamente os filhos, principalmente a relação da mãe com eles. Vários estudos têm contemplado os impactos da violência doméstica no psiquismo da mulher ou da criança (Durand, 2011; Azevedo & Guerra, 2000; D'Afonseca, 2011). Contudo, um aspecto ainda pouco explorado na análise e atendimentos das situações de violência doméstica refere-se à questão da relação mãe/filho (Morgado, 2012). Desta forma, o presente estudo buscará compreender - através da revisão da literatura e do relato de uma experiência em um abrigo protegido para mulheres e crianças em situação de violência doméstica, em Porto Alegre - de que forma se estabelece o vínculo mãe-filho neste contexto. Além disso, também refletirá acerca das possibilidades terapêuticas que auxiliem na prevenção e/ou cessação de ciclos de violência intergeracionais.

A revisão da literatura e a discussão do tema serão desenvolvidos concomitantemente, a partir dos seguintes subitens: o subitem 2.1 abordará alguns conceitos relativos ao tema da violência doméstica contra a mulher, bem como trará sua contextualização histórica e alguns dados relativos ao fenômeno; o subitem 2.2 abordará o tema do desenvolvimento emocional primitivo, apoiando-se em autores psicanalíticos como Winnicott e Bowlby, que trazem a importância do vínculo mãe-filho para um saudável desenvolvimento emocional da criança; o subitem 2.3 explorará o tema da transmissão transgeracional da violência, buscando compreender de que forma o passado da mãe pode interferir/prejudicar sua relação com seu filho; o subitem 2.4 buscará compreender de que forma a violência doméstica (e demais tipos

de violência) vivida pela mãe interferirá na sua relação com seu(s) filho(s), bem como discute algumas possibilidades de intervenções terapêuticas.

Ao longo do texto, alguns trechos da experiência da autora em uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica irão ilustrando aspectos da teoria.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA E DISCUSSÃO DO TEMA

### 2.1 Violência doméstica contra a mulher

A violência, em especial a violência doméstica contra a mulher, não é um fenômeno recente; contudo, apenas nas últimas décadas, em especial com o movimento feminista, as atenções dos profissionais de diferentes áreas de atuação têm se voltado para essa questão (D'Afonseca, 2011). Apesar dos avanços nas discussões sobre o fenômeno, apenas em 1990 a violência contra a mulher foi reconhecida como um problema de saúde pública pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e, em 1993, pela ONU, foi considerada como um obstáculo ao desenvolvimento, à paz e aos ideais de igualdade entre os seres humanos, sendo essa apontada como uma violação aos direitos humanos (Hermann & Barsted, 2000 citado por D'Afonseca, 2011).

A violência contra as mulheres é um dos fenômenos sociais mais denunciados e que mais ganharam visibilidade nas últimas décadas, não apenas no Brasil, mas em todo o mundo, sendo o seu caráter devastador sobre a saúde e sobre a cidadania das mulheres o responsável pela formulação de políticas públicas pelos mais diversos setores da sociedade (Jesus, 2010). A violência doméstica apresenta-se de forma indiscriminada, não respeitando classe social, raça, cor, religião ou qualquer outro fator determinante, configurando-se como universal, cultural, perversa, cruel, sorrateira, sórdida e silenciosa (Bastos, 2011).

A violência nas relações entre parceiros expressa dinâmicas de afeto e poder e denunciam a presença de relações de subordinação e dominação. Essa dinâmica relacional pode ser propiciada na medida em que a divisão interna de papéis admite uma distribuição desigual de privilégios, direitos e deveres dentro do ambiente doméstico, setor em que se definem assimetrias de poder calcadas em diferenças de gênero. A herança cultural do regime patriarcal, típico das sociedades ocidentais de influência judaico-cristã, media o convívio dentro do espaço privado dos casais, configurando o relacionamento cotidiano como gerador de uma complexa trama de emoções, em que a sexualidade, a reprodução e a socialização constituem esferas potencialmente criadoras de relações ao mesmo tempo prazerosas e conflitivas (Azevedo & Guerra, 2000).

A fim de compreender mais profundamente o fenômeno da violência contra a mulher, é fundamental aprofundarmos o conceito de violência de gênero a qual, de acordo com a publicação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2006), guarda estreita relação com o histórico domínio dos homens sobre as mulheres:



A violência de gênero, em seus aspectos de violência física, sexual e psicológica, é um problema que está ligado ao poder, onde de um lado impera o domínio dos homens sobre as mulheres e, de outro lado, uma ideologia dominante que lhe dá sustentação. É importante ressaltar que independentemente do tipo de violência praticada contra a mulher, todas têm como base comum as desigualdades que predominam em nossa sociedade. São muitas as formas de violência de gênero: as desigualdades salariais; o assédio sexual no trabalho; o uso do corpo da mulher como objeto nas campanhas publicitárias; o tratamento desumano que muitas recebem nos serviços de saúde. Todas representam uma violação aos direitos humanos e atingem a cidadania das mulheres. (p.26).

Da mesma forma pensa Saffioti (2004 citado por Bastos, 2011) quando afirma que a violência contra a mulher inscreve-se no âmbito da violência de gênero, mediada pelo abuso de poder assegurado, no espaço privado, pela ideologia do patriarcado. O autor aponta que assim como o gênero é constitutivo das relações sociais, a violência é constitutiva das relações entre homens e mulheres, forjadas historicamente na ordem patriarcal de gênero.

Desta forma, a violência de gênero é um fenômeno social que se apresenta no mundo todo, atingindo mulheres de forma indiscriminada, fruto das relações historicamente assimétricas entre homens e mulheres, apoiadas na desigualdade, na discriminação, na subordinação e no abuso de poder (Rocha, 2001 citado por Bastos, 2011).

As agressões perpetradas pelo parceiro íntimo são mundialmente reconhecidas como uma das formas mais comuns de violência contra a mulher (Watts & Zimmerman, 2002, citado por Deek, 2011), que apresenta maior risco de ser agredida física e sexualmente por quem convive intimamente com ela do que por qualquer outra pessoa (Garcia-Moreno, 2006 citado por Deek, 2011).

Dias (2010) traz alguns dados alarmantes referentes à violência doméstica: a OMS aponta que 30% das mulheres foram forçadas nas primeiras relações sexuais; 52% são alvo de assédio sexual; e 69% já foram agredidas ou violadas. Conforme o relatório da Anistia Internacional, mais de um bilhão de mulheres no mundo foram espancadas, forçadas a manterem relações sexuais ou sofreram outro tipo de abuso. Outro dado alarmante é apontado pela Sociedade Mundial de Vitimologia ligada ao governo da Holanda e à ONU: o Brasil é o país que mais sofre com a violência doméstica, estando 23% das mulheres brasileiras sujeitas a este tipo de violência. Na opinião de Dias (2010), ainda que tais dados apontem para uma perversidade, é preciso levar em conta que estes números não retratam a realidade, já que a violência é subnotificada.

Contextualizando o surgimento da Lei Maria da Penha, Dias (2010) ressalta que esta veio para atender o compromisso constitucional de que o Estado assegure assistência à família, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações. A partir desse processo de democratização, o Brasil ratificou relevantes tratados internacionais de direitos humanos. A *Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres*, de 1979, foi o primeiro instrumento internacional que dispôs amplamente sobre os

direitos humanos da mulher. A outra Convenção fundamental na garantia de direitos das mulheres é a do *Belém do Pará*, adotada pela ONU em 1994, a qual traz o conceito de violência contra a mulher: “qualquer ação ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado”.

A Lei Maria da Penha chegou apenas em 2006, cumprindo, o Brasil, compromissos assumidos internacionalmente. Além de proclamar a natureza da violência doméstica como violadora dos direitos humanos, a lei impôs a adoção de políticas públicas para resguardar os direitos humanos das mulheres (Dias, 2010). Diante disso, a sociedade foi instigada a repensar as consequências em âmbito doméstico, familiar e social da violência contra a mulher. A referida lei conceitua a violência doméstica como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, no âmbito da unidade doméstica ou em qualquer relação íntima de afeto, tendo por base as relações de gênero (Lei Maria da Penha, 2006).

Na opinião de Parodi et. al. (2009 citado por Dias, 2010) a lei protege, além da mulher vítima de violência, a família e a sociedade, visto que o sofrimento individual de mulheres agredidas prejudica o equilíbrio de toda a comunidade e a estabilidade do sistema familiar como um todo.

## **2.2 Desenvolvimento emocional primitivo e estabelecimento do vínculo mãe-criança**

É possível imaginar como o desenvolvimento da criança, bem como o estabelecimento do vínculo desta com a mãe, pode ser afetado no contexto de violência doméstica. Antes de abordarmos especificamente as consequências da violência para esta relação, descreveremos algumas ideias de autores que se dedicaram a pesquisar sobre a questão desenvolvimental e vincular, como Winnicott e Bowlby.

Winnicott (1962) foi um dos autores que se debruçaram sobre o tema do desenvolvimento emocional primitivo, desde os primeiros momentos da vida do bebê. Segundo o autor, o bebê, no início da vida, é absolutamente dependente da mãe, tendo ela um papel fundamental ao lhe propiciar um ambiente seguro, protetor e confiável que lhe permita caminhar de um estado de dependência absoluta para um estado de dependência relativa, rumo à independência (Winnicott, 1970/1994). Desta forma, o bebê encontra-se totalmente dependente da disponibilidade de um adulto genuinamente preocupado com os seus cuidados, alguém que possa contribuir para uma adaptação ativa e sensível às necessidades da criança, que a princípio são absolutas (Winnicott, 1953/1993). Para que a mãe possa desempenhar este papel, ela experimenta uma condição denominada *preocupação materna primária*, que nada

mais é do que a capacidade da mãe de satisfazer as necessidades do bebê, no início da vida, e satisfazê-las tão bem que a criança, na sua saída da matriz do relacionamento mãe-bebê, é capaz de ter uma breve experiência de onipotência - considerada a chave para um saudável desenvolvimento psíquico (Winnicott, 1962/1988). Acredita, ainda, o autor que a mãe suficientemente boa alimenta essa onipotência do lactente, vendo sentido nisso e fazendo-o repetidamente, favorecendo o desenvolvimento do verdadeiro *self*, o qual começa a ter vida através da força dada ao fraco ego do bebê, através da complementação pela mãe das expressões de onipotência do mesmo. Por outro lado, a mãe não suficientemente boa será incapaz de complementar a onipotência de seu bebê, falhando repetidamente em satisfazer o seu gesto; ao invés disso, ela substitui por seu próprio gesto, que deve ser validado pela submissão do lactente – estágio inicial do falso *self*.

A falha ambiental é algo bastante recorrente na casa-abrigo e me faz lembrar especificamente de uma mãe, adolescente de 19 anos, com grande dificuldade de desempenhar a tarefa de alimentar a onipotência de seu filho de 3 anos. Apesar de Winnicott (1953/1993) referir-se especificamente aos bebês, podemos pensar que a capacidade materna de se adaptar às necessidades da criança segue até o momento em que esta necessita. Esta mãe não demonstrava condições de empatia com o filho. O menino chamava-a de forma desesperada e ela encontrava-se impossibilitada de ouvi-lo. Nas brincadeiras que ele propunha à mãe, esta não conseguia entrar; pelo contrário, o menino era quem tinha que entrar na sua brincadeira e se adaptar a ela. Quando ele destruía o jogo da mãe, esta se desorganizava a ponto de reagir com agressão, batendo no menino. A referida mãe também não pôde contar com um ambiente suficientemente bom que se adaptasse às suas necessidades. Não sabia alimentar a onipotência do filho, assim como também não teve a sua alimentada.

A preocupação materna primária, gradualmente desenvolvida, permite que a mãe tenha sua sensibilidade aumentada durante e, especialmente, ao final da gravidez, continuando por algumas semanas após o nascimento do bebê. Tal estado permite à mãe identificar-se com o bebê e, desta forma, criar condições para que o desenvolvimento do mesmo seja possível. Este estado da mãe poderia ser comparado a um estado retraído, ou a um estado dissociado, ou a uma fuga, ou mesmo a uma perturbação em um nível mais profundo, tal como um episódio esquizóide, no qual algum aspecto da personalidade assume temporariamente o controle. Tal estado caracterizaria uma doença, caso não fosse a gravidez (Winnicott, 1953/1993).

Portanto, para que o bebê se desenvolva emocionalmente, é necessário que um adulto o auxilie neste processo, ou seja, é necessária a presença de uma mãe ou de um *ambiente suficientemente bom*, de acordo com Winnicott (1971/1975):

[...] aquela que efetua uma adaptação ativa às necessidades do bebê, uma adaptação que diminui gradativamente, segundo a crescente capacidade deste em aquilatar o fracasso da adaptação e em tolerar os resultados da frustração. A mãe suficientemente boa, como afirmei, começa com uma adaptação quase completa às necessidades do bebê, e, à medida que o tempo passa, adapta-se cada vez menos completamente, de modo gradativo, segundo a crescente capacidade do bebê em lidar com o fracasso dela. (p. 25).

Sendo assim, conforme Winnicott (1971/1975), durante os anos iniciais do desenvolvimento psíquico a questão do meio ambiente resume-se praticamente à situação de relacionamento entre mãe e filho. Entretanto não são os aspectos formais e visíveis da relação entre os dois que adquirem importância para a criança, mas sim aquilo que se passa na intimidade dos dois e que se traduz em vivências afetivas significativas.

Examinando o que ocorre ao bebê que não tem cuidados suficientemente bons no estágio precoce, antes de ter distinguido o eu do não-eu, revela a ocorrência de duas consequências: a) distorções da organização do ego que constituem as bases das características esquizóides, e b) defesa específica do cuidado de si mesmo, ou ao desenvolvimento de um *self* que cuida de si próprio, e à organização de um aspecto falso da personalidade. Essa é a defesa cujo êxito pode se constituir em uma nova ameaça do *self*, embora designada para escondê-lo e protegê-lo. As consequências de um apoio defeituoso ao ego por parte da mãe podem ser tremendamente devastadoras e, como enumera são as seguintes: esquizofrenia infantil ou autismo; esquizofrenia latente; falsa autodefesa (falso, mas bem sucedido *self*); e, personalidade esquizóide (Winnicott, 1962/1988).

Existem muitas teorias que descrevem como acontece o estabelecimento do vínculo entre mãe-bebê. Para muitos autores, assim como para Winnicott (1962/1988), essa relação começa na gravidez, quando a mãe acompanha o crescimento da barriga e de alguma forma vai construindo vínculos com o bebê que está sendo gerado. Dentro deste entendimento, Camon et al. (2006, citado por Silva, 2011) acredita que em algumas mulheres o vínculo afetivo com seu bebê inicia-se e intensifica-se a partir do aparecimento dos movimentos fetais. Corroborando esta ideia, Thomaz et al. (2005 citado por Silva, 2011) entende que com a ocorrência dos movimentos fetais,

na fantasia da mãe o feto está começando a se comunicar através da variedade dos seus movimentos e o estilo de vínculo que ela formará com o filho sofre influência dessas representações mentais que a mulher tem de si mesma e de seu futuro bebê. (p. 140).

Para que se entenda como ocorre a construção do vínculo mãe e filho, faz-se necessário entender vários aspectos da história materna, desde acontecimentos anteriores à gravidez até o período que sucede ao nascimento do bebê. Desta forma acredita-se que são as representações psíquicas que possibilitam a mulher tornar-se mãe e construir sua ligação com

o filho (Nóbrega, 2005 citado por Silva, 2011), e se quebra com a crença de que a maternidade é inata à natureza feminina.

Todas as mães que passam pelo abrigo realizam uma anamnese de cada filho que está com ela na instituição. Este momento é fundamental para compreender as fantasias e as representações psíquicas que estão na base da função materna de cada mulher. É o momento no qual vem à tona emoções ligadas à constituição daquela maternidade, possibilitando um sentido para sentimentos há muito relegados e que interferem diretamente na constituição da maternidade, principalmente na construção de um vínculo saudável com o filho. O segundo momento da anamnese é o atendimento familiar, com o objetivo de observar/avaliar a qualidade do vínculo mãe/filho, a fim de estruturar o plano terapêutico familiar.

Thomaz et. al. (2005 citado por Silva, 2011) acrescenta que a natureza do relacionamento dos pais com o bebê é marcada pelo mundo mental das representações, pelo imaginário e subjetivo. Antes da existência do bebê real nos braços da mãe, existe o bebê imaginário. Esse é formado a partir das fantasias, dos sonhos, das brincadeiras de boneca e dos modelos de ser mãe.

A interação mãe-criança tem sido objeto de estudo amplamente desenvolvido nas últimas décadas, especialmente a partir do trabalho de Bowlby (1951/1991) sobre a conduta e o apego. A visão evolucionária do apego propõe que os infantes da maioria das espécies animais nascem pré-programados para o estabelecimento de uma ligação próxima e forte com a figura principal responsável pelos seus cuidados (Zamberlan, 2002). Assim, apego é um tipo de vínculo no qual o senso de segurança de alguém está estreitamente ligado à figura de apego. No relacionamento com a figura de apego, a segurança e o conforto experimentados na sua presença permitem que seja usado como uma “base segura”, a partir da qual poderá se explorar o resto do mundo (Bowlby, 1989). O apego-cuidado é um tipo de vínculo social baseado no relacionamento complementar entre pais e filhos. O apego tem sua própria motivação interna, distinta da alimentação e do sexo, como postulado pela teoria freudiana, e de igual importância para a sobrevivência (Bowlby, 1989).

Bowlby (1989) considerou o apego como um mecanismo básico dos seres humanos - um comportamento biologicamente programado - como o mecanismo de alimentação e da sexualidade, e o compreendeu como um sistema de controle homeostático, que funciona dentro de um contexto de outros sistemas de controle comportamentais. O papel do apego na vida dos seres humanos envolve o conhecimento de que uma figura de apego está disponível e oferece respostas, proporcionando um sentimento de segurança que é fortificador da relação (Cassidy, 1999 citado por Dalbem & Dell’Aglia, 2005). De acordo com Bowlby (1989), o relacionamento da criança com os pais é instaurado por um conjunto de sinais inatos do bebê,

que demandam proximidade. Com o passar do tempo, um verdadeiro vínculo afetivo se desenvolve, garantido pelas capacidades cognitivas e emocionais da criança, assim como pela consistência dos procedimentos de cuidado, pela sensibilidade e responsividade dos cuidadores. Por isso, um dos pressupostos básicos da teoria do apego é de que as primeiras relações de apego, estabelecidas na infância, afetam o estilo de apego do indivíduo ao longo de sua vida (Bowlby, 1989 citado por Dalbem & Dell’Aglia, 2005).

Apego, diferentemente de comportamento de apego, é um tipo de vínculo afetivo (Ainsworth, 1989; Bowlby, 1989 citado por Ramires et al, 2010). É importante a elucidação desses conceitos, para que se possa discutir sua articulação. Ainsworth (1989 citado por Ramires et. al., 2010) define vínculo afetivo como “um laço relativamente durável em que o parceiro é importante como um indivíduo único e não pode ser trocado por nenhum outro. Num vínculo afetivo, existe o desejo de manter uma proximidade com o parceiro” (p. 711). Já o conceito de *apego* diz respeito a uma sub variedade do vínculo afetivo, no qual o senso de segurança de alguém está estreitamente ligado ao relacionamento. Os vínculos afetivos e os apegos são estados ou representações internas e sua existência pode ser observada através dos *comportamentos de apego* (Ramires et. al., 2010).

### **2.3 Aspectos transgeracionais da violência doméstica**

Sabe-se que a função materna é, desde muito precocemente, vivenciada pela mulher através das brincadeiras com bonecas e/ou bichinhos de pelúcia ainda na primeira infância, constituindo um ensaio para o desempenho futuro do papel materno (Lebovici, 1987 citado por Cabral & Levandowski, 2012). O exercício dessa função tem, na identificação com a figura materna, o seu alicerce, dentre outros aspectos, dando-se tal identificação pela imitação dos cuidados recebidos da própria mãe (Brazelton & Cramer, 1992 citado por Cabral & Levandowski, 2012) além de outras figuras maternas que se tornaram modelos para a menina desde a sua infância (Prochnow & Lopes, 2007 citado por Cabral & Levandowski, 2012). A imitação de tais cuidados favorece a identificação consciente e inconsciente com essas figuras (Brazelton & Cramer, 1992 citado por Cabral & Levandowski, 2012). Assim, durante o exercício da maternidade, na busca por um modelo materno próprio, a mulher pode reviver com intensidade as identificações com a própria mãe da infância e da atualidade. Tais identificações fazem parte das representações sobre a própria mãe, que ocupam lugar de destaque no mundo representacional da maioria das mulheres que passam a exercer a função materna (Aulagnier, 1994). Essas representações englobam, dentre outros aspectos, a reavaliação consciente e inconsciente do desempenho do papel materno pela própria mãe (Stern, 1997).

O trabalho de Stern (1997) sobre a constelação da maternidade indica como as representações dos pais sobre o bebê e sobre eles mesmos como pais desempenham um papel importante na natureza dos vínculos estabelecidos entre pais e filhos e se iniciam antes das interações atuais com o bebê, englobando as fantasias parentais, medos, sonhos, lembranças da própria infância e profecias sobre o futuro do bebê. A partir de dados oriundos de pesquisas empíricas sobre o apego, o autor ressalta que os resultados indicam que as representações da mãe sobre sua própria mãe são um importante fator de predição do padrão de apego que a mãe estabelecerá com seu próprio filho. No entanto, o aspecto mais preditivo do futuro comportamento materno não é o que ocorreu no passado, mas sim a forma como a história passada é organizada em uma narrativa. Desta forma, a narrativa da história passada pode ser tão relevante como a história passada em si.

A importância que as vivências com a própria mãe têm no exercício da maternidade aponta para a relevância do processo de transmissão intergeracional (Golse, 2003; Lebovici, 1996/1998; Zornig, 2012 citado por Cabral & Levandowski, 2012). Diferentemente da transmissão transgeracional (Lebovici, 1987), que acontece entre gerações distantes e cujos membros nem sempre chegam a estabelecer contato direto, a transmissão intergeracional ocorre apenas em gerações cujos membros mantêm contato, essencialmente entre pais e filhos (Golse, 2003). De qualquer forma, ambas as transmissões constituem herança psíquica, que é passada entre gerações (Lebovici, 1996/1998 citado por Cabral & Levandowski, 2012) e que engloba a transmissão de conflitos associados às gerações anteriores, que podem influenciar, mesmo de forma inconsciente, a relação atual pais/bebê.

Buscando compreender a transmissão das dores que são repassadas de geração a geração, Dolto (1988) entende que a vida dos sujeitos consiste em superar a dor que os pais sentiram por conta dos filhos e que os filhos padeceram por conta dos pais. O ideal seria que, ao nascer, o bebê fosse uma criança nova, que não precisasse carregar a dor não simbolizada de seus pais. Esta função pode ser facilitada por pessoas próximas que acompanham a mulher grávida durante o parto e nos dias que sucedem o nascimento do bebê, momento de intensa sensibilidade e transformação para a mãe. Conforme a autora, quando o filho vem ao mundo, causa uma confusão na mente de seus pais, que transferem para o bebê suas próprias experiências arcaicas.

De acordo com Escosteguy (1997), o conceito de transgeracionalidade vem sendo cada vez mais usado no entendimento da dinâmica das relações entre mãe-bebê. A autora define o conceito como sendo “uma transferência - normal ou patológica - realizada sobre o bebê, impondo-lhe, dessa forma, a partir de outra(s) geração(s), a marca, para melhor ou para pior, de experiências psicológicas oriundas dos genitores” (p. 49).

Winnicott (1953/1993) afirma que “uma família não é o resultado natural de um caso de amor romântico” (p. 67). Infelizmente, em alguns pais, inicia-se um estado de perturbação dos conflitos do casal, o que pode impossibilitar que ambos se unam em prol do cuidado de seus filhos. Dolto (1988) fala sobre casos em que o bebê é concebido a partir das pulsões de ódio e de morte não expressa de seus genitores, ou seja, não é concebido das pulsões de vida, como se espera. Ao nascer, estes bebês herdam a agressividade inconsciente que a sociedade gerou em seus pais, que padecem por conviver com o mundo exterior, trazem consigo a intersecção das sombras e do que não está dito na experiência emocional de seus pais. A autora ressalta que algumas crianças são marcadas com elementos herdados de seus pais, informações que não são inatas da criança, mas que dizem respeito àquilo que não foi dito por seus genitores antes ou durante o seu nascimento.

Fraiberg, Adilson e Shapiro (1994) apontam que não é possível afirmar que os genitores que foram maltratados, no momento em que se tornarem pais, serão guiados em seu comportamento por seus sofrimentos e feridas, ou se encontrarão a oportunidade na maternidade e na paternidade de fazer algo diferente de seus pais. Para as autoras, o acesso aos seus sofrimentos infantis é um meio potente para a prevenção da repetição de maus-tratos nos futuros pais. No entanto, a repressão e o isolamento dos afetos são fatores favoráveis para a identificação com o agressor e com o sedutor. Mesmo nas famílias em que os vínculos de amor são intensos, os conflitos do passado dos pais podem aparecer. Tais eventos intrusivos passam despercebidos na relação familiar, sendo que nem os pais nem as crianças têm o seu vínculo ameaçado. Em outras famílias, no entanto, as autoras apontam que a relação entre os pais e o bebê é constantemente invadida por estes fantasmas do passado. Eles criam aborrecimentos para as crianças principalmente nos setores da alimentação, do sono, da aprendizagem, da higiene, ou da disciplina, em função dos pontos conflituosos na vida dos pais.

#### **2.4 Impacto da violência doméstica na relação mãe/filho e possibilidades de intervenção**

Já sabemos como o desenvolvimento infantil e o relacionamento da mãe com seu filho deve ocorrer em situação de “normalidade”. Entretanto, em situações adversas, como na situação de violência intrafamiliar, como a criança e seu vínculo com a mãe irão se desenvolver? Considerando a situação vivenciada pela mulher vítima de violência, é importante analisar os impactos que essa situação pode acarretar para os seus filhos. Ainda que eles não sejam vítimas diretas da violência, estão presentes em um ambiente hostil, pouco saudável para o seu desenvolvimento. Além de conhecer os impactos da violência intrafamiliar no desenvolvimento e no estabelecimento do vínculo mãe/filho, é imprescindível



refletir a cerca das possibilidades de intervenção neste contexto, de maneira a prevenir e/ou minimizar efeitos mais traumáticos.

Pode-se supor, de acordo com D'Afonseca et. al. (2011), que a mãe que sofre violência por parte do parceiro muitas vezes não esteja em condições de estabelecer um relacionamento adequado com os filhos. As pesquisas a respeito dos efeitos da violência doméstica nos comportamentos da mãe em relação aos filhos indicam que, devido a todas as consequências que a violência pode acarretar na saúde física e psicológica dessa mulher, elas apresentariam maior dificuldade nos cuidados com os filhos do que as mães que não tivessem esse histórico. De fato, estudos têm demonstrado que a qualidade da maternagem e a habilidade de ambos os pais em lidar com as necessidades da criança são comprometidas em ambientes domésticos violentos (Holt, Buckley & Whelan, 2008 citado por D'Afonseca, 2011). Alguns autores chegam a relacionar a violência sofrida pela mulher como um fator de risco para essa mulher vir a agredir os filhos (Capaldi, Kim, & Pears, 2009; Holden, 2007; Chaffin & Schmidt, 2006; Dahlberg & Simon, 2006; O'Leary & Woodin, 2006 citado por D'Afonseca, 2011). Em pesquisa realizada por Casanueva, Martin e Runyan (2009 citado por D'Afonseca, 2011) constatou-se que as mães submetidas à violência doméstica tinham um risco maior de vir a perpetrar maus-tratos quando comparadas com mães que não apresentaram esse histórico.

De fato na casa-abrigo as práticas parentais mais frequentes e mais utilizadas pelas mães para lidar com as crianças são gritar e bater. Por vezes a violência é tão forte que se faz necessária uma intervenção mais incisiva da equipe, como comunicar a situação ao Conselho Tutelar para aplicação de medida de proteção. Frequentemente presenciamos mães violentas que reproduzem ativamente, na relação com os filhos, a violência vivida e sofrida passivamente, seja na infância ou no relacionamento conjugal. Um caso que mobilizou bastante a equipe foi o de uma mãe que demonstrava extrema dificuldade de se ligar afetivamente aos filhos, sendo a relação marcada por muita violência. Nos atendimentos era verbalizado o ódio que sentia da filha de 3 anos que a “tirava do sério”. Em uma ocasião, a mãe pediu desesperadamente para que a equipe tirasse a menina de perto dela, pois temia perder o controle e fazer algo mais grave à filha, em quem já havia deixado marcas de agressão. Quanto mais a mãe desprezava a filha, mais esta fazia de tudo para obter um olhar que fosse, mesmo que este olhar viesse através de uma agressão da mãe. Apesar dos atendimentos regulares, da mãe individualmente, e também da dupla, o caso teve que ser encaminhado ao Conselho Tutelar para as devidas providências, como aplicação de medida de proteção. A mãe foi advertida e a menina foi entregue aos cuidados de um familiar. A mulher

admitiu não ser capaz, naquele momento, de oferecer os cuidados básicos de que a filha precisava.

Durand et. al. (2011) destaca os danos que a criança sofre ao viver em contexto de violência doméstica, em decorrência das angústias depressivas e ansiedade da mãe e os “afetos que se exprimem em irritação, imprevisibilidade e tristeza prejudicam a qualidade da interação e da organização do ambiente familiar” (p. 8) reverberam em conflitos emocionais e de conduta na criança. A autora ressalta que a violência doméstica afeta a capacidade de cuidado materno e tem efeitos negativos na saúde mental das crianças por meio do efeito traumático no funcionamento psicológico da mãe. Como resume sabiamente Winnicott (1971/1975): “No desenvolvimento emocional individual, o precursor do espelho é o rosto da mãe” (p. 153).

Morgado (2012) ressalta que conhecer e analisar a relação existente entre violência doméstica contra mulher/mãe e contra crianças e adolescentes sob sua responsabilidade ainda se apresenta um desafio, já que as mulheres mães ainda continuam a ser responsabilizadas exclusivamente por não protegerem seus filhos face à violência doméstica, sendo comumente classificadas como negligentes, omissas ou cúmplices. A autora ressalta que uma das estratégias desenvolvidas por homens violentos é destruir a auto-estima das mulheres, fazendo com que ela tenha dúvidas sobre suas capacidades, incluindo a capacidade de ser uma boa mãe.

De fato, a questão do ataque à auto-estima é trazida de forma recorrente nos grupos de apoio oferecidos às mulheres abrigadas. Tal ataque pode ser tão violento ao ponto de a mulher acabar acreditando que não tem valor algum, ou que não é uma boa mãe ou esposa e que, por esta razão, deveria aceitar calada as humilhações do companheiro. A crença em uma incapacidade e/ou incompetência acaba por reforçar a ideia de que não são boas o suficiente, nem de se cuidar sozinhas, tampouco de cuidar dos filhos.

Humphreys e Stanley (citado por Morgado, 2012) sinalizam para os riscos que correm os profissionais, caso o ataque sobre a relação mãe-criança não seja considerada e compreendida. Segundo os autores, uma estratégia importante para apoiar as crianças e mães é fortalecer seu relacionamento em um processo de recuperação que implica assistência não só para as mulheres e crianças individualmente, mas para a relação entre eles. Este é um aspecto essencial da intervenção em violência doméstica que foi marginalizada por falhas de conceituá-la não como um ataque sobre os sobreviventes (geralmente a mãe), mas também um assalto à sua relação com os filhos.

Tal compreensão é compartilhada pela equipe de psicologia do abrigo a qual tem, dentre seus principais objetivos de intervenção, o fortalecimento e/ou desenvolvimento do vínculo mãe-filho. O pressuposto da equipe é de que reforçando a auto-estima das mulheres,

um dos reflexos mais significativos pode ser uma nova equação a respeito da sua noção de maternidade e, conseqüentemente, de um novo jeito de se relacionar com o filho(s).

A fim de examinar a relação entre a experiência da mulher com violência conjugal e a qualidade da maternagem, Casanueva et. al. (2008 citado por D`Afonseca, 2011) utilizaram os dados da *Pesquisa Nacional sobre o Bem-Estar da Criança e do Adolescente*, em amostra de 1.943 mães de crianças com menos de 10 anos de idade investigadas por maus-tratos infantis. Os resultados indicaram que mulheres vítimas de violência conjugal no passado mas que, no momento da pesquisa, não eram vítimas, tinham escores de maternagem melhores quando comparadas com mulheres que estavam sendo vítimas de violência conjugal no presente, quando outros fatores de risco eram controlados. Esses dados demonstram que a violência conjugal não prejudica necessariamente a maternagem, o que indica a necessidade de uma avaliação caso a caso dos serviços de que a mulher necessita.

De modo geral, as pesquisas descritas acima demonstram que a violência conjugal tem impactos negativos nas habilidades maternas, aumentando a probabilidade de elas praticarem algum tipo de mau-trato infantil, sendo a agressão psicológica a mais frequente, seguida de agressão física e negligência. Vale destacar que o impacto é maior quanto mais próximo for o episódio de violência conjugal, sendo as conseqüências minimizadas com o passar do tempo. Tais dados indicam a importância de se considerar a avaliação da maternagem das mulheres quando a violência conjugal é revelada, como forma de prevenir maus-tratos infantis ou o agravamento de problemas na relação mãe-filhos. Por outro lado, há que se ter em conta fatores de proteção como, por exemplo, a alta escolaridade, e, assim, lembrar que algumas mães com histórico de violência podem desempenhar sua maternagem melhor do que outras (D`Afonseca, 2011).

Contrariando o grande número de mulheres vítimas de violência doméstica que repetem suas histórias traumáticas na relação com os filhos, existem alguns casos de mulheres que passaram pela casa-abrigo em que o histórico de violência intergeracional não prejudicou o desempenho de uma boa maternagem. Na história de A. a violência perpassou várias gerações, desde a avó que era agredida pelo avô, que também agredia os filhos, até a mãe que apanhava do pai, depois do padrasto, que abusou de uma enteada, permanecendo a mãe em uma posição de passividade extrema, sem garantir a proteção mínima dos filhos. A., ao contrário, apesar de repetir a escolha da mãe no momento da sua escolha conjugal, conseguiu romper a relação violenta, proteger as filhas e garantir o estabelecimento de um vínculo forte e saudável com elas. A relação da família é marcada por afeto, diálogo e grande empatia, servindo de modelo de identificação para as outras mães que acabam vindo em A. a possibilidade de percorrer um caminho diferente.

Por tudo que foi descrito acima, podemos imaginar o quanto se faz necessário pensar em formas de intervenção com as mães e crianças expostas à violência doméstica, a fim de garantir a promoção de um vínculo familiar mais saudável, bem como minimizando efeitos traumáticos da exposição crônica à violência.

Em pesquisa realizada por D`Afonseca (2011), foram encontrados quatro estudos que descreviam algum tipo de intervenção realizada com diferentes populações: mulheres vítimas de violência doméstica (Holigrocki, Crain, Bohr, Young, & Bensman, 2009), crianças expostas à violência conjugal (Jouriles et. al. 2009), famílias notificadas ao programa de proteção a crianças dos Estados Unidos (Casanueva, Martin, Runyan, Barth, & Bradley, 2008) e famílias consideradas de alto-risco (Duggan, Berlin, Cassidy, Burrell, & Tandon, 2009).

Um dos estudos, de Holigrocki et. al. (2009, D`Afonseca, 2011), descreveu a avaliação e o tratamento de mãe vítima de violência conjugal e o filho de 10 anos de idade. Os dois estavam abrigados no momento em que ocorreu a intervenção. Os autores utilizaram a Avaliação da Interação Pai-Criança II – Modificação das Atribuições dos Pais (*Parent-Child Interaction Assessment- II Modifying Attributions of Parents*) (PCIA-II/ MAP; Bohr, 2005, D`Afonseca, 2011), tratamento estruturado, de caráter breve, que utiliza gravações de vídeo de uma situação de jogo entre a mãe e o filho. O jogo envolve a utilização de brinquedos em forma de animais e pessoas, e os jogadores devem completar uma história relacionada a uma viagem ao zoológico. Após as gravações, o terapeuta mostra alguns trechos do vídeo para a mãe, tecendo comentários e reflexões a respeito da interação, para modificar a maneira como a mãe interpreta os comportamentos do filho. A avaliação inicial da mãe demonstrou que a mesma estava depressiva, amedrontada e muito estressada, com um estilo parental severo. O garoto experienciava estresse significativo, tinha problemas de comportamento e via os adultos como duros, frágeis, irresponsáveis e indisponíveis. Após a intervenção, os dados obtidos indicaram menor depressão e um aumento na sensibilidade parental, contudo, o estresse parental e os comportamentos problema do filho permaneceram elevados. Tal descrição da intervenção realizada fornece pistas de estratégias e materiais a serem empregados com essa população, destacando-se o uso do vídeo-*feedback*. Entretanto, seria importante realizar estudos com uma população maior para se obter dados mais consistentes (Bohr, 2005 citado por D`Afonseca, 2011).

De uma forma semelhante, a equipe de Psicologia da casa-abrigo também faz uso do *feedback* – sem filmagem - para trabalhar questões relacionais entre mãe e filhos. As atividades dirigidas “Hora do Conto” e a “Sessão de Cinema” são momentos propícios para observar o relacionamento materno-filial, pois mães e filhos participam juntos dos referidos grupos. Especialmente na Hora do Conto é possível identificar a qualidade do vínculo

estabelecido. A primeira fase do grupo é da contação, em que as mães são convidadas a fazer a leitura do conto. Na segunda fase as histórias devem ser recontadas à maneira das mães. Além da oportunidade de trabalhar as ressignificações, é o momento propício para avaliar a qualidade do vínculo e os estilos parentais, dependendo do desfecho dado à história e do manejo oferecido ao longo da atividade. O *feedback* é dado em outro momento, onde apenas as mães participam, possibilitando uma reflexão acerca das histórias e também os sentimentos despertados.

Os dados de Jouriles et. al. (2009 citado por D'Afonseca, 2011) mostraram-se mais consistentes, visto que realizaram um estudo com tentativas clínicas randomizadas do *Project Support* (Projeto Apoio), comparando os resultados com um grupo-controle. Participaram do estudo 66 famílias recrutadas em uma Casa Abrigo (mãe e filhos) com pelo menos uma criança exibindo níveis clínicos de problemas de conduta. A intervenção envolvia: (a) ensinar a mães habilidades de manejo da criança e (b) promover suporte emocional e instrumental às mães. As famílias eram randomicamente inscritas no *Project Support*, ou em um serviço similar existente. As mães foram avaliadas em seis ocasiões durante 20 meses, após sua saída da Casa Abrigo. Os resultados indicaram maior redução nos problemas de comportamento das crianças cujas mães participaram do *Project Support* quando comparadas com o outro grupo de crianças, e as mães que participaram do *Project Support* exibiram maior redução de comportamentos parentais inconsistentes e punitivos e de sintomas psiquiátricos, quando comparadas com o outro grupo de mães. As mudanças na maternagem e nos sintomas psiquiátricos foram proporcionais aos efeitos dos problemas de conduta das crianças no final do tratamento.

Os objetivos da intervenção descrita no estudo acima são contemplados no Grupo de Mães que acontece semanalmente no abrigo. Além de trabalhar os sentimentos das mães com relação aos filhos, é o momento propício para troca de experiências, esclarecimento de dúvidas e de dificuldades de manejo com as crianças, servindo, também, como um espaço para orientações sobre o desenvolvimento infantil. O confronto com as experiências de infância das próprias mães tem sido uma importante técnica para a promoção de uma aproximação com os sentimentos dos filhos, levando à busca de mudanças.

Casanueva et. al. (2008 citado por D'Afonseca, 2011) realizaram um estudo com amostra nacionalmente representativa de famílias investigadas pelo Conselho Tutelar para verificar se o treinamento parental estava relacionado a mudanças nas práticas parentais 18 meses após o treinamento. As mães que receberam o treinamento eram comparadas com mães que não o receberam, mesmo que essas tivessem necessidade similar pelo serviço. Os resultados encontrados demonstraram benefícios modestos na resposta materna e nos escores

parentais para mães de crianças na faixa etária de 3 a 5 anos de idade para as mães que receberam treinamento parental, quando comparadas com mães que não receberam tal treinamento. Entretanto, esses achados não puderam ser confirmados por uma análise multivariada.

Já Duggan et. al. (2009, citado por D'Afonseca, 2011) verificaram se a depressão materna e o apego inseguro eram moderadores dos impactos de um serviço domiciliar para famílias no Alasca destinado a mães de alto risco e seus filhos. Trezentas e vinte e cinco famílias de alto risco foram randomicamente atribuídas para visita domiciliar (n=162) e serviços comunitários (n = 163), e a depressão materna e o apego inseguro foram avaliados no início da intervenção. Os dados da maternagem e da situação psicossocial da mãe foram mensurados quando as crianças tinham 2 anos de idade por meio de uma entrevista com a mãe, da observação e da revisão de queixas de maus-tratos infantis. A depressão materna e o apego inseguro interagiram como moderadores dos impactos do programa.

É interessante notar que as intervenções descritas acima utilizaram como medidas de eficácia de intervenção dados da saúde mental das mães (depressão), de problemas de comportamento dos filhos e da qualidade da interação mãe-filho. Embora diferentes metodologias tenham sido empregadas, aparentemente, os resultados encontrados foram promissores, indicando que intervir nas mães é uma alternativa viável e eficaz para minimizar os problemas de comportamento dos filhos.

Percebe-se, portanto, de um modo geral, que a violência conjugal tem impactos negativos nas habilidades maternas, aumentando, com isso, a probabilidade de estas mães virem a reproduzir algum tipo de mau-trato infantil. Esta constatação corrobora a necessidade de os profissionais que atuam nesta área refletirem acerca de possibilidades de intervenção terapêutica eficazes que minimizem e/ou previnam prejuízos maiores ao vínculo mãe-filho, bem como ao desenvolvimento psíquico infantil.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo compreender, através da revisão da literatura, bem como de um relato de experiência, de que forma se estabelece o vínculo mãe-filho em situação de violência doméstica. Além disso, também foram apontadas algumas possibilidades de intervenções terapêuticas, tendo em vista que a autora do estudo exerce a função de psicóloga em uma instituição cuja função é acolher mulheres vítimas de violência doméstica. Pretendeu-se mostrar, através de teorias sociológicas, do desenvolvimento e psicanalíticas, a relevância da afetividade no vínculo entre a mãe e filhos no contexto específico da violência doméstica.

Para tanto, alguns conceitos relativos ao tema da violência doméstica contra a mulher, desenvolvimento emocional primitivo e transmissão transgeracional da violência foram explorados. Apoiando-se em autores do desenvolvimento como Bowlby e Winnicott, ressaltou-se a importância do vínculo mãe-filho para um saudável desenvolvimento emocional da criança. O tema da transmissão transgeracional da violência auxiliou na compreensão das formas com que o passado da mãe pode interferir/prejudicar sua relação com seu filho. Alguns trechos da experiência da autora em uma casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica foram ilustrando aspectos da teoria, ao longo do texto.

O trabalho teve como objetivo final apontar possíveis intervenções terapêuticas neste contexto da violência doméstica, como forma de prevenir e/ou minimizar possíveis efeitos traumáticos advindos da exposição das vítimas ao fenômeno da violência. Várias pesquisas descritas ao longo do trabalho mostraram os efeitos da violência doméstica no comportamento da mãe em relação aos filhos, apontando que além de todas as consequências físicas e psicológicas que atingem a mulher, esta também apresenta maior dificuldade nos cuidados com os filhos. Os estudos destacaram os danos que a criança sofre ao viver em contexto de violência doméstica, ressaltando os impactos negativos na sua saúde mental.

Através do estudo teórico, bem como da vivência da autora em uma casa-abrigo, conclui-se ser imprescindível a exploração do tema em futuros projetos de pesquisa, a fim de que os profissionais que trabalham na área possam se instrumentalizar para oferecer um suporte adequado às vítimas, seja no atendimento individual da mulher, da criança, ou no atendimento familiar.

## REFERÊNCIAS

- AULAGNIER, P. Nacimiento de um cuerpo, inicio de una historia. In: \_\_\_\_\_. *Cuerpo, História, Interpretación*: Piera Aulagnier – De lo Originario al Proyecto Identificatório. Buenos Aires: Paidós, 1994, p. 117-170.
- AZEVEDO, M. A. & GUERRA, V. N. A. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 2000.
- BASTOS, T. B. *Violência doméstica e familiar contra a mulher: análise da Lei Maria da Penha*. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2011.
- BOWLBY, J. (1989) *Uma base segura: aplicações, clínica da teoria do apego*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- \_\_\_\_\_. (1991). *Attachment and loss* (vol. 1.) Harmondsworth: Penguin (Texto original publicado em 1951).
- BRASIL. Casa Civil. Lei nº 11.340. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília/DF. *Diário Oficial da União*, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Lei nº 11.340/2006 (LEI ORDINÁRIA) 07/08/2006*. Lei Maria da Penha. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- CABRAL, Stela & LEVANDOWSKI, Daniela. Representações de mães adolescentes: aspectos intergeracionais na relação mãe-criança. *Fractal: Revista de Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, Dec 2012.
- DALBEM, J. X & DELLÁGIO, D. D. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 57, n. 1, 2005.
- D'AFFONSECA, S. M. & WILLIAMS, L. C. de A. Habilidades maternas de mulheres vítimas de violência doméstica: uma revisão da literatura. *Psicologia: ciência profissão*, Brasília, v. 31, n. 2, 2011.
- DEEK, Leila Platt et. al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. *Saúde e sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 2, jun. 2009.
- DIAS, M. B. *A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11340/2006 de combate à violência doméstica contra a mulher*. 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.
- DOLTO, F. *A dificuldade de viver*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- DURAND, Julia Garcia, SCHRAIBER, Lilia Blima, FRANÇA-JUNIOR, Ivan & BARROS, Cláudia. Repercussão da exposição à violência por parceiro íntimo no comportamento dos filhos. *Revista Saúde Pública*, São Paulo, v. 45, n. 2, abr. 2011.
- ESCOSTEGUY, Norma U. *Transgeracionalidade*. Publicação CEAPIA, Porto Alegre, n. 10, 1997, p. 49.



- FRAIBERG, S., ADELSON, E. & SHAPIRO V. *Fantasmata no quarto do bebê*. CEAPIA. 1994;7:12-34.
- GOLSE, B. Transmitir a transmissão: um ponto em comum entre as diferentes terapias conjuntas pais-criança. In: \_\_\_\_\_. *Sobre a psicoterapia pais-bebê: narratividade, filiação e transmissão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003. p. 59-75.
- JESUS, Damásio de. *Violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei 11340/2006*. São Paulo: Saraiva, 2010.
- LEBOVICI, S. *O Bebê, a Mãe e o Psicanalista*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- MORGADO, S. *Violência Doméstica sinônimo de mulheres/mães culpadas? O Social em Questão – ano XV, n. 28, 2012*.
- RAMIRES et. al. *Revisitando alguns conceitos da teoria do apego: comportamento versus representação?* Psicologia teoria e pesquisa, v. 26, n. 1, p 25-33, jan./mar. 2010.
- SILVA, R. *Depressão pós-parto: interferências no vínculo mãe-bebê*. Caruaru: Favip, 2011.
- STERN, D. *A constelação da maternidade: o panorama da psicoterapia pais/bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas; 1997.
- ZAMBERLAN, M. A. T. (2002). Interação mãe-criança: enfoques teóricos e implicações decorrentes de estudos empíricos. *Estudos de Psicologia*, 7(2);399-406.
- WINNICOTT, D. W. A dependência nos cuidados infantis. In: \_\_\_\_\_. *Os bebês e suas mães*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1970/1994. p. 73-78.
- \_\_\_\_\_. Psicose e cuidados maternos. In: \_\_\_\_\_. *Textos selecionados: da psicanálise à pediatria*. 4. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1953/1993. p. 375-387.
- \_\_\_\_\_. *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago, 1971/1975.
- \_\_\_\_\_. (1962) A integração do ego no desenvolvimento da criança. In: *O Ambiente e os Processos de Maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1988. p. 55-61.
- WORLD Health Organization (WHO). *Multi-country study on women' health and domestic violence against women*. Geneva, 2005.